

# Contributo para o estudo do pensamento ético-social de João Paulo II

JOSÉ HENRIQUE SILVEIRA DE BRITO \*

Quando o senhor Professor Pio Alves de Sousa me convidou para participar neste painel, fiquei surpreendido e sensibilizado. Surpreendido por se ter lembrado de mim e sensibilizado por esta oportunidade de me permitir participar activamente, embora com uma contribuição modesta, na homenagem a João Paulo II. Fico-lhe imensamente agradecido pelo convite.

A preparação deste trabalho, contudo, levantou-me grandes dificuldades. Primeiramente porque o tempo de que dispunha era curto; em segundo lugar, por ser imensa a documentação a consultar; por último, e foi a maior das dificuldades, o pensamento do Papa é, como todos sabem, tão rico e tão vasto que a necessidade de seleccionar e sintetizar é uma cruz para qualquer pessoa. Atendendo ao que acabo de dizer, acabei por me restringir a três encíclicas: *Laborem Exercens*, *Sollicitudo Rei Socialis* e *Centesimus Annus*,<sup>1</sup> e mesmo relativamente a estas, fui obrigado a ficar apenas por alguns temas aos quais sou particularmente sensível. O texto que resultou é pobre se atendermos à riqueza do pensamento do homenageado, mas foi o possível. Peço desculpa, mas não tive nem tempo nem engenho para fazer melhor.

Passemos à exposição.

---

\* Professor da Faculdade de Filosofia da UCP, Braga

<sup>1</sup> Utilizei as traduções publicadas pela Editorial A. O., Braga, a primeira citada pela sigla *LE*, seguida da página, a *Sollicitudo Rei Socialis*, pela sigla *SRS*, seguida do número do parágrafo, e a terceira, pela sigla *CA*, seguida também do número da parágrafo.

Podemos afirmar que estão de acordo todos os homens de boa vontade no princípio «O bem deve ser feito e o mal, evitado», o chamado princípio formal da moralidade aceite por todos, mesmo no nosso tempo de pluralismo moral. As divergências começam quando perguntamos por esse bem. O acordo sobre o fazer o bem termina quando tentamos encontrar uma concepção de bem que tenha uma universalidade semelhante à do princípio enunciado. Isto verifica-se porque cada um tem o seu entendimento do bem. Se exceptuarmos as éticas formais, qualquer proposta ética apresenta uma determinada concepção de bem moral que tem a sua raiz na concepção de pessoa que cada homem possui. Ora, o pensamento ético-social de João Paulo II também tem como ponto de partida uma determinada concepção de ser humano que lhe dá o seu sentido e justifica, em última instância, o bem que o Papa apresenta como devendo ser cultivado, ou, dito noutros termos, a doutrina que ele propõe. Bem sei que um dos meus colegas de mesa abordará a concepção antropológico-teológica do Sumo Pontífice, mas tenho de fazer uma breve referência aos fundamentos da antropologia de João Paulo II, sob pena de nada se compreender do seu pensamento ético-social.

A concepção antropológica do Papa radica na noção bíblica de criação: o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, pelo que tem um lugar central na criação; estamos perante o que muitos chamarão um antropocentrismo, que, colocando o homem acima das coisas, lhe dá um lugar dominante e lhe reconhece um valor infinito. O homem não é uma coisa acima das coisas; como dizia Nicolau de Cusa: o homem é um Deus pequenino. É pelo facto de o homem ser à imagem e semelhança de Deus que ele supera as coisas, está acima delas e tem um valor infinito. Esta concepção de homem é totalmente nova na história do pensamento. A filosofia grega nunca alcançou uma tal concepção de pessoa. Quer na República de Platão quer na cidade pensada por Aristóteles, o homem sempre foi concebido como membro da *polis*, submetido à cidade; o bem desta era o seu bem. Para estes dois filósofos gregos, os interesses individuais deviam submeter-se totalmente aos interesses estabelecidos na cidade. Na concepção bíblica, pelo contrário, o homem tem um valor infinito porque foi criado à imagem e semelhança de Deus; daí a sua dignidade ilimitada. Esta visão ainda mais se acentua no cristianismo pois que cada um foi objecto da acção redentora de Jesus Cristo.

Esta novidade do valor absoluto do homem é o grande contributo judaico-cristão para o pensamento ocidental. Não foi, pois, a Modernidade que descobriu o valor absoluto da pessoa. O que a Modernidade nos trouxe, e é também de grande importância, foi a laicização daquele conceito. Quando Kant afirma que a pessoa não tem preço, mas dignidade, está a dizer que a pessoa não é coisa porque não é permutável e, não sendo coisa permutável, tem dignidade. E tem dignidade porque não se subordina a ninguém que não seja ele mesmo. Ora, o que Kant faz é laicizar o conceito de pessoa como valor absolu-

to, sem justificar a razão dessa dignidade, sem explicar porque é que a pessoa não é permutável, porque é que a pessoa não tem preço. Dizendo de outro modo: Kant afirma o valor absoluto da pessoa porque ela dá a si a sua lei, mas não explica donde lhe vem essa capacidade; afirma a condição dessa possibilidade: a liberdade, mas não encontra justificação para essa liberdade. Segundo a Bíblia, a explicação dessa dignidade está no facto de o ser humano ter sido criado à imagem e semelhança de Deus. Este contributo da Revelação para a concepção de pessoa é fundamental e, se a nossa cultura ocidental devesse à tradição judaico-cristã apenas este conceito, só por isso teria para com esta tradição uma dívida infinita, tão infinita como é infinito o valor da pessoa.

Queria chamar a vossa atenção para um outro tema. Segundo uma das narrações bíblicas da criação do homem, este foi feito do pó da terra e do sopro de Deus, o que, do ponto de vista simbólico, encerra uma enorme riqueza e sugere importantes consequências. O Homem é uma síntese de terra e de espírito. Logo a terra faz parte dele tal como Deus. A sua ligação à terra, portanto, é-lhe natural; a terra não lhe é estranha e é boa, boa, porque obra de Deus e boa porque faz parte dele. Ao respeitar a terra, o homem está a respeitar algo de que é feito, está a respeitar-se.

Uma última referência à concepção antropológica do Papa: Deus criou a terra e o homem a quem entregou a criação com o mandamento: «submetei a terra». O homem é o rei da criação e esta foi-lhe dada para que ele a submetesse. A relação do homem com a terra, com as coisas, faz parte da sua própria natureza e ao agir, o homem está a cumprir um mandamento que lhe foi dado, está a viver a sua vocação.

Este «submetei a terra» tem ainda uma outra dimensão fundamental para a compreensão do pensamento do Papa. A missão dada por Deus de dominar a terra dirige-se ao homem, a todos os homens, pelo que a terra pertence a todos. Na *Centesimus Annus*, ao comentar as posições de Leão XIII explicitadas na *Rerum Novarum*, João Paulo II chama a atenção para o facto desta Encíclica de 1891 defender e dar grande importância à propriedade privada, não a considerando, contudo, um direito absoluto porque ela afirma o «*destino universal dos bens da terra*»<sup>2</sup>. Como o Papa escreve na *Laborem Exercens*, é aqui que radica a divergência da Igreja do colectivismo e do capitalismo: o direito à propriedade privada que defende não é absoluto porque «*o direito à propriedade privada está subordinado ao direito do uso comum, subordinado ao destino universal dos bens*».<sup>3</sup> Na *Sollicitudo Rei Socialis*, o Papa utiliza outra formulação: «os bens deste mundo

<sup>2</sup> CA, n. 6.

<sup>3</sup> LE, p. 49. Cf. CA, 6.

são *originariamente destinados a todos*»<sup>4</sup>. Na *Centesimus Annus*, o Papa recorre a esta formulação: «a origem primeira de tudo o que é um bem radica no próprio acto de Deus que criou a terra e o homem, e ao homem deu a terra para que a domine pelo seu trabalho e goze dos seus frutos. Deus deu a terra a todo o género humano, para que ela sustente todos os seus membros sem excluir nem privilegiar ninguém. Aqui está a raiz do destino universal dos bens da terra»<sup>5</sup>. A propriedade privada surge porque, para a terra produzir os seus frutos, é necessário o trabalho mediante o qual o homem domina a terra estabelecendo nela a sua morada. «Deste modo, ele apropria-se de uma parte da terra, adquirida precisamente pelo trabalho. Aqui radica a *origem da propriedade individual*. Obviamente ele tem também a responsabilidade de não impedir que os outros homens tenham igualmente a sua parte no dom de Deus, pelo contrário, deve cooperar com eles para conjuntamente dominarem toda a terra»<sup>6</sup>.

Para além do trabalho ser origem da propriedade, é produtor de riqueza espiritual e material e caminho de relação com os outros: é pelo trabalho que o homem trabalhador estabelece relação com os outros. «Hoje, diz o Papa, mais do que nunca, trabalhar é um *trabalhar com os outros* e um *trabalhar para os outros*: é fazer qualquer coisa para alguém»<sup>7</sup>. Uma última referência à propriedade: o trabalho produz riquezas materiais, mas também espirituais e por isso João Paulo II se refere à existência de outra forma de propriedade de enorme importância: a «*propriedade do conhecimento, da técnica e do saber*»<sup>8</sup>. Isto é relevante porque também este tipo de propriedade tem um destino universal.

É fundamental ter bem presente o que acabo de dizer, e disse apenas o indispensável, porque o próprio Papa, no 1º capítulo da *Centesimus Annus*, em que pretende fazer uma apresentação dos «Traços característicos da *Rerum Novarum*», afirma: «será conveniente desde já ter presente que aquilo que serve de trama e, em certo sentido, de linha condutora da Encíclica (refere-se à *Rerum Novarum*) e de toda a doutrina social da Igreja é a *correcta concepção da pessoa humana e do seu valor único*, enquanto «o homem (é) a única criatura sobre a terra a ser querida por Deus, por si mesma». Nele gravou a Sua imagem e semelhança, conferindo-lhe uma dignidade incomparável a qual a Encíclica (*Rerum Novarum*) retorna várias vezes»<sup>9</sup>. Para medir a importância dada por João Pau-

<sup>4</sup> SRS, n. 42.

<sup>5</sup> CA, n. 31.

<sup>6</sup> CA, n. 31.

<sup>7</sup> CA, n. 31.

<sup>8</sup> CA, n. 32.

<sup>9</sup> CA, n. 11. Já na LE, p. 22, o Papa afirmou: «O homem [...] como imagem de Deus, é uma pessoa». Na *Sollicitudo Rei Socialis*, o Papa volta ao mesmo tema no n. 30.

lo II à concepção de pessoa, basta referir que para ele, no movimento que culminou em 1989, a Igreja teve papel importante porque sempre afirmou que, para lá das convicções pessoais, o homem «traz gravada em si a imagem de Deus e, por isso, merece respeito».<sup>10</sup> Mais adiante, o Papa volta ao tema, mas para dar mais um passo, ao afirmar que a Igreja «colocou a dignidade de pessoa no centro das suas mensagens sociais, após a segunda guerra mundial, insistindo sobre o destino universal dos bens materiais, sobre uma ordem social sem opressão e fundada no espírito de colaboração e solidariedade»<sup>11</sup>.

É partindo desta concepção de pessoa a quem Deus entregou a terra com este mandamento «submetei-a» que o Papa fala do trabalho. «A palavra trabalho, diz o Sumo Pontífice, designa toda a actividade realizada pelo homem, independentemente das suas características e circunstâncias, por outras palavras, designa toda a actividade humana que pode e deve ser reconhecida como trabalho, entre as múltiplas actividades de que o homem é capaz e para as quais está naturalmente predisposto pela sua natureza».<sup>12</sup> Para João Paulo II, o trabalho já está presente, embora indirectamente, na ordem dada por Deus ao homem de submeter a terra<sup>13</sup>, pelo que se pode afirmar que todo o pensamento do Papa sobre o trabalho deriva do «submetei a terra» porque através do trabalho o homem atinge o domínio sobre o mundo visível<sup>14</sup>. O trabalho do homem faz, portanto, parte do mandato por ele recebido e é uma modalidade de participação, «reflecte a própria acção do Criador do Universo»<sup>15</sup>. O trabalho tem a sua origem na pessoa e transmite o seu domínio sobre a terra<sup>16</sup> e seus recursos para fazer face às suas necessidades. Numa outra formulação: partindo das passagens do Génesis, que referem que o homem é «imagem de Deus», o que faz dele pessoa, que recebeu a missão de submeter a terra, o Papa considera que a actividade humana, actividade programada e racional, permite a realização da pessoa: «É como pessoa, pois, que o homem é sujeito do trabalho»<sup>17</sup>. O trabalho, porque é executado por uma pessoa, «um sujeito consciente e livre, quer dizer, um sujeito que decide por si mesmo»<sup>18</sup>, tem valor ético e o homem só encarnará o «submetei a terra» do Génesis se essa actividade for condiciona-

<sup>10</sup> CA, n. 22.

<sup>11</sup> CA, n. 61.

<sup>12</sup> LE, p.7.

<sup>13</sup> Cf. LE p. 17.

<sup>14</sup> LE, 32.

<sup>15</sup> LE, p. 17.

<sup>16</sup> LE, p. 17.

<sup>17</sup> LE, p.22.

<sup>18</sup> LE, p. 23.

da pela «mesma natureza ética do trabalho»<sup>19</sup>, o qual, independentemente do seu conteúdo objectivo, deve contribuir para a realização da humanidade da pessoa e para o cumprimento da sua vocação<sup>20</sup>. Compreende-se assim esta afirmação da *Laborem Exercens*: «A Igreja está convencida de que o trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência do homem sobre a terra»<sup>21</sup>.

Esta visão papal sobre o trabalho choca frontalmente com a visão economicista que o reduz a mero factor económico, cujo valor determinante se mede pelo valor de troca. O factor fundamental para determinar o valor do trabalho é, em primeiro lugar, ele ser realizado pela pessoa: «a origem da dignidade do trabalho há-de ser procurada não tanto na sua dimensão objectiva, quanto na sua dimensão subjectiva»<sup>22</sup>, ou, dizendo noutra formulação: «cada trabalho mede-se sobretudo pelo padrão da dignidade do sujeito do trabalho, isto é, da pessoa, do homem que o executa».<sup>23</sup> Esta posição de princípio não pretende negar o valor económico do trabalho, «Quer apenas significar que o primeiro fundamento do valor do trabalho é o mesmo homem, seu sujeito»<sup>24</sup>. Daqui que se deva concluir que, se é verdade que o homem «é destinado ao trabalho e chamado ao trabalho, contudo, antes de mais nada o trabalho é «para o homem» e não o homem «para o trabalho»<sup>25</sup>, pelo que o significado subjectivo do trabalho tem prioridade sobre o seu significado objectivo<sup>26</sup>. É nesta linha que o Papa fala, na *Centesimus Annus*, da alienação do trabalho que, em seu entender, acontece «quando [o trabalho] é organizado de modo a valorizar apenas os seus frutos e rendimentos, não se preocupando de que o trabalhador, por meio do seu trabalho, se realize mais ou menos como homem, conforme cresça a sua participação numa autêntica comunidade humana solidária, ou então cresça o seu isolamento num complexo de relações de exacerbada competição e de recíproco alheamento, no qual é apenas considerado como meio, e não como fim»<sup>27</sup>.

Se se apela ao *Génese* para afirmar o valor absoluto da pessoa e para fundamentar o valor humano do trabalho, não se deverá também ter presente que

<sup>19</sup> LE, p. 23.

<sup>20</sup> Cf. LE, p. 22 e CA, 6.

<sup>21</sup> LE, p. 16.

<sup>22</sup> LE, p. 24.

<sup>23</sup> LE, p. 24.

<sup>24</sup> LE, p. 24.

<sup>25</sup> LE, p. 24.

<sup>26</sup> Sobre a distinção entre os significados subjectivo e objectivo do trabalho cf. CABRAL, Roque – «Repensando o trabalho»: *Revista Portuguesa de Filosofia* 55 (1999) 403-411, artigo em que o autor se refere explicitamente à encíclica *Laborem Exercens*.

<sup>27</sup> CA. n. 41.

nesse mesmo livro da Bíblia se fala do trabalho como uma condenação devida ao pecado? Como não podia deixar de ser, o Papa não esquece esse versículo e diz a este propósito que o «comerás o pão com o suor do teu rosto» são palavras que se «referem à fadiga, por vezes pesada, que a partir de então [do pecado] acompanha o trabalho humano, mas não alteram o facto de o trabalho ser o caminho pelo qual o homem há-de chegar a realizar o «domínio» que lhe é próprio no mundo visível, «submetendo» a terra»<sup>28</sup>. Significativamente, o Papa acrescenta que o versículo citado não se refere apenas às canseiras que o trabalho motiva; refere-se também às tensões, conflitos e crises relacionadas com o mundo do trabalho e que «perturbam a vida de cada sociedade e até da humanidade inteira»<sup>29</sup>. Mas sublinha: apesar da fadiga, e até talvez por causa dela, «o trabalho é um bem do homem»<sup>30</sup>, não só porque é «útil» ou de que se pode usufruir, mas é um bem «digno», ou seja, que corresponde à dignidade do homem, um bem que exprime e aumenta a esta dignidade»<sup>31</sup>. Mediante o trabalho, que é «uma vocação universal [...] o homem não somente transforma a natureza, adaptando-a às suas necessidades, mas realiza-se também a si mesmo como homem e até, em certo sentido, «se torna mais homem»<sup>32</sup>. É na medida em que o trabalho realiza o homem, «completando com ele a sua existência sobre a terra»<sup>33</sup>, que ele tem dignidade; daqui que a laboriosidade seja uma virtude<sup>34</sup>.

É a partir desta base que o Papa fala da técnica, da economia, da relação trabalho capital, das relações de trabalho, do emprego, do salário, do direito de propriedade, dos sistemas políticos.

Tratemos um pouco da relação capital-trabalho, à luz do que dissemos sobre o trabalho e da posse da propriedade. Na *Laborem Exercens*, o Papa considera que a antinomia entre capital e trabalho, raiz da «questão operária», teve a sua origem na filosofia e teorias económicas do século XVIII e principalmente na prática económico-social da época da industrialização em que se procurou acima de tudo produzir riquezas e não tanto estar atento ao homem<sup>35</sup>. Ao descrever o contexto histórico em que apareceu a *Rerum Novarum*, refere que as alterações sociais e económicos fizeram desaparecer uma sociedade tradicional com o aparecimento de novas formas de produção que originaram «uma nova

<sup>28</sup> LE, p. 32.

<sup>29</sup> LE, p. 10.

<sup>30</sup> LE, p. 33.

<sup>31</sup> LE, p. 33.

<sup>32</sup> LE, p. 33.

<sup>33</sup> LE, p.8.

<sup>34</sup> LE, p. 33-34.

<sup>35</sup> Cf. LE, p. 47.

*forma de propriedade*, o capital, e *uma nova forma de trabalho*, o salário, caracterizado por pesados ritmos de produção, sem horário, sem qualquer atenção ao sexo, idade ou situação familiar, mas determinado apenas pela eficiência, na perspectiva do incremento do lucro»<sup>36</sup>. O trabalho tornou-se uma nova mercadoria cujo preço era determinada pela lei da oferta e da procura, sem ter em conta minimamente o que se necessita para o sustento vital da pessoa e da família<sup>37</sup>. Muitas vezes nem a certeza de poder utilizar a força de trabalho o trabalhador tinha. Esse sistema de exploração, continua o Papa, era favorecido, repare-se na formulação, pelo «sistema sócio-político liberal» que com o seu «economicismo reforçava e assegurava a iniciativa económica somente dos capitalistas, mas não se preocupava suficientemente com os direitos do operário, afirmando que o trabalho humano é apenas um instrumento de produção, e que o capital é o fundamento, coeficiente e finalidade da produção»<sup>38</sup>.

Em simultâneo, ia surgindo outra concepção de Estado, de propriedade e de organização económica que ameaçava com a revolução. Mas a solução proposta pelo socialismo, diz João Paulo II, citando Leão XIII, não resolve os problemas e acaba por prejudicar os operários e é até injusta porque «vai contra os direitos legítimos dos proprietários, falseia as funções do Estado, e perturba toda a ordem social»<sup>39</sup>. Mas o Papa afirma que o erro fundamental do socialismo (trata-se do socialismo de inspiração marxista; posteriormente o termo assumiu outros significados) é «de carácter antropológico»; o homem fica reduzido a indivíduo fruto de relações sociais, desaparecendo o conceito de pessoa livre e responsável frente ao bem e ao mal<sup>40</sup>. No fundo, a crítica à proposta socialista radica numa concepção de sociedade que deriva do conceito cristão de pessoa: O Estado não esgota a sociabilidade do homem, que se realiza em grupos intermédios que resultam da própria natureza do homem, família, grupos económicos, sociais, políticos e culturais, «subordinados sempre ao bem comum da própria autonomia». <sup>41</sup> É o que o Papa chamou na *Solicitudo Rei Socialis* «subjectividade da sociedade». <sup>42</sup>

<sup>36</sup> CA, n. 4.

<sup>37</sup> Cf. CA, n. 4.

<sup>38</sup> LE, p. 29.

<sup>39</sup> CA, n. 12.

<sup>40</sup> CA, n. 12.

<sup>41</sup> CA, n. 13.

<sup>42</sup> SRS, 15 e 28.



João Paulo II considera que Leão XIII viu bem os perigos da solução tão simples como radical apresentada pelo socialismo para as injustiças reinantes nas sociedades há pouco industrializadas, nomeadamente ao ver com clareza, por um lado, «a verdadeira condição dos proletários, homens, mulheres e crianças»<sup>43</sup> e, por outro, que a proposta de inverter as posições entre pobres e ricos redundava em prejuízo dos pobres que pretendia salvar. E afirma: «o remédio revelar-se-ia pior que a doença»<sup>44</sup> e despertou um movimento que culminou em 1989, movimento que teve como primeira motivação a «violação dos direitos do trabalhador»<sup>45</sup> e, como segunda, a crise desencadeada pela ineficácia do sistema económico imposto pelo socialismo, visto como questão técnica, e que era «consequência da violação dos direitos humanos à iniciativa, à propriedade e à liberdade no sector da economia»<sup>46</sup>. A questão do desacordo do Papa com a solução capitalista e com a proposta do socialismo está na concepção de pessoa e de trabalho. Para o Sumo Pontífice, há um princípio estável na doutrina social da Igreja «o primado do homem no processo de produção, o primado do homem em relação às coisas. Tudo aquilo que está contido no conceito de «capital», no sentido restrito do termo, é somente um conjunto de coisas».<sup>47</sup>

Sobre estas críticas do Papa às propostas políticas e económicas para a estruturação das sociedades, não quero deixar de referir uma passagem da *Centesimus Annus*, em que ele alerta para o perigo que representam aqueles que julgam ter a solução perfeita para a organização social porque recorrerão a todos os meios para a impor. E acrescenta: «A política torna-se então «religião secular», que crê ilusoriamente poder construir o Paraíso neste mundo. Qualquer sociedade política, que possui a sua própria autonomia e as suas próprias leis, nunca poderá ser confundida com o Reino de Deus».<sup>48</sup> Antes tinha referido o pecado original como sinal de que o homem, tendendo naturalmente para o bem, pode fazer o mal.<sup>49</sup> Nos tempos que correm, esta chamada de atenção é fundamental quer porque o político e o religioso se fundem em certos discursos, quer porque noutros ambientes se vêem movimentações em nome de uma distinção entre o bem e o mal só possíveis para um deus.

---

<sup>43</sup> CE, n. 12.

<sup>44</sup> CA, n. 12.

<sup>45</sup> CA, n. 23.

<sup>46</sup> CA, n. 24.

<sup>47</sup> LE, p. 43.

<sup>48</sup> CA, n. 25.

<sup>49</sup> CA, n. 25.

Perante estas críticas ao capitalismo e ao socialismo feitas por João Paulo II, poder-se-á procurar no seu pensamento a proposta de um modelo político-económico? O capitalismo liberal, que parece ser o modelo único, será aceitável para o Papa do ponto de vista ético? Relativamente à primeira pergunta a resposta é clara na *Centesimus Annus*: «A Igreja não tem modelos a propor».<sup>50</sup> Aos que se empenham na resolução dos problemas sociais e económicos, «a Igreja oferece, como orientação ideal indispensável, a própria doutrina social que [...] reconhece o valor positivo do mercado e da empresa, mas indica ao mesmo tempo a necessidade de serem orientados para o bem comum».<sup>51</sup> Mas nos tempos que correm haverá outro sistema a propor sem ser o capitalismo? Diz o Papa: «Se por «capitalismo» se entende o sistema económico que reconhece o papel fundamental e positivo da empresa, do mercado, da propriedade privada e da consequente responsabilidade pelos meios de produção, da livre criatividade humana no sector da economia, a resposta é certamente positiva, embora talvez fosse mais apropriado falar de «economia da empresa», ou de «economia de mercado», ou simplesmente de «economia livre». Mas se por «capitalismo» se entende o sistema onde a liberdade no sector da economia não está enquadrada num sólido contexto jurídico que a coloque ao serviço da liberdade humana integral e a considere como particular dimensão desta liberdade, cujo centro seja ético e religioso, então a resposta é sem dúvida negativa».<sup>52</sup> Numa palavra, o Papa considera aceitável uma economia de mercado, mas não uma sociedade de mercado porque «a pessoa possui em si um valor singular ao qual devem servir o Estado e o mercado».<sup>53</sup> Dizendo de outra maneira: para João Paulo II, a economia deve estar ao serviço da pessoa humana e não a pessoa humana ao serviço da economia.

Já em 1991, data da publicação da *Centesimus Annus*, o Papa temia que a queda do comunismo fosse motivo para a difusão de uma «ideologia radical de tipo capitalista» que se recusa a reconhecer tantos problemas materiais e morais.<sup>54</sup> Isto significa que o Papa defende a intervenção do Estado na economia, na linha da *Rerum Novarum*, estabelecendo o enquadramento jurídico das relações económicas, defendendo a livre economia e a parte mais fraca neste mundo, defendendo o trabalhador do flagelo do desemprego, promovendo-o ou criando seguros de desemprego e incentivando políticas de requalificação

---

<sup>50</sup> CA, n. 43.

<sup>51</sup> CA, n. 43. A economia deve estar orientada para o bem comum (CA, n. 58)

<sup>52</sup> CA, n. 42.

<sup>53</sup> LE, p. 49.

<sup>54</sup> CA, n. 42 e 56.

profissional que permitam aos trabalhadores passarem de sectores em crise para outros em expansão.<sup>55</sup> Mais ainda, o Estado deve assegurar «níveis salariais adequados ao sustento do trabalhador e da sua família, inclusivamente com certa capacidade de poupança», o que exige promoção dos trabalhadores em ordem à sua qualificação, à sua não marginalização e exploração.<sup>56</sup>

A Igreja não apresenta soluções técnicas, a doutrina social da Igreja não é uma terceira via entre o capitalismo liberal e o colectivismo marxista, não é uma ideologia, mas, «perita em Humanidade», expressão da *Populorum Progressio* que o Papa cita na *Sollicitudo Rei Socialis*<sup>57</sup>, apresenta «a formulação cuidada dos resultados da reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial. O seu objectivo é interpretar estas realidades, examinando a sua conformidade ou desconformidade com as linhas do ensino do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e ao mesmo tempo transcendente para conseqüentemente orientar a conduta cristã».<sup>58</sup> É por isso que, no campo da política, e pronunciando-se sobre a democracia, diz João Paulo II: «A Igreja respeita a *legítima autonomia da ordem democrática*, mas não é sua atribuição manifestar preferência por uma ou outra solução institucional ou constitucional. O contributo, por ela oferecido neste sentido é precisamente a concepção da dignidade da pessoa, que se manifesta em toda a sua plenitude no mistério do Verbo encarnado»<sup>59</sup>. Apesar de não se pronunciar sobre o modelo institucional, o Papa aponta as tarefas do Estado: garantir a segurança para que o sistema económico possa funcionar, «vigiar e orientar o exercício dos direitos humanos», intervir para controlar os monopólios, «pode desempenhar funções de suplência em situações excepcionais» que devem ser limitadas no tempo. O aparecimento do estado assistencial, acrescenta, deve ser controlado respeitando-se o princípio de subsidiariedade.<sup>60</sup>

Queria tratar agora muito sucintamente a questão do desenvolvimento, até porque se trata de uma problemática abordada pelo Papa numa das suas grandes encíclicas, a *Sollicitudo Rei Socialis*, que pretende prolongar os ecos da *Populorum Progressio* ligando o que esta encíclica diz ao contexto histórico vivido devido à aceleração histórica verificada a partir de então. Já na *Laborem*

<sup>55</sup> Cf. CA, n. 15.

<sup>56</sup> CA, n. 15.

<sup>57</sup> SRS, n. 70.

<sup>58</sup> SRS, n. 41.

<sup>59</sup> CA, n. 47. Cf. tb. n. 46.

<sup>60</sup> CA, n. 48.

*Exercens*, João Paulo II afirma que inicialmente a Igreja se preocupou com a questão operária, posteriormente, alargou o horizonte para as questões mundiais, pondo a questão da justiça ao nível da distribuição da riqueza e que hoje o problema social, não é tanto o problema de classe, mas das desigualdades no mundo.<sup>61</sup>

Para o Papa, o apelo ao desenvolvimento vem desde a criação porque está implícito no «submetei a terra» e «cultivar o jardim» e recebe nova expressão na Parábola dos talentos que mostra que a missão do homem é aproveitar-se dos bens colocados à sua disposição.<sup>62</sup> É tal a importância que reconhece ao desenvolvimento que, na *Centesimus Annus*, publicada três anos depois da *Sollicitudo Rei Socialis*, afirma: «o outro nome da paz é o desenvolvimento».<sup>63</sup> A Igreja preocupa-se com o desenvolvimento na medida em que pretende «pôr-se ao serviço do plano divino, no sentido de ordenar todas as coisas para a plenitude que reside em Cristo e que Ele comunicou ao Seu Corpo; e, por outro lado, corresponder à sua vocação fundamental de «sacramento», ou seja «sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano».<sup>64</sup> Assim, participar no desenvolvimento é obrigação de todos e cada um, das sociedades e das nações, obrigação para com todos. O desenvolvimento deve ser integral<sup>65</sup> e o critério para o medir e orientar é a realidade e a vocação do homem visto globalmente.

O desenvolvimento leva à produção de bens e, na medida em que esses bens satisfazem necessidades humanas, são humanizantes, eles abrem os horizontes e são um dom de Deus. Isto significa que o desenvolvimento não pode ser apenas económico.<sup>66</sup> Na *Centesimus Annus*, o Papa volta ao tema para afirmar que o progresso não pode ser apenas económico, mas integral, humano, deve visar a vida digna e a criatividade humana de modo a cada pessoa poder corresponder à sua vocação.<sup>67</sup> O desenvolvimento de que fala o Papa não é sinónimo do progresso tal como era entendido na época das Luzes.<sup>68</sup> O desenvolvimento deve fazer-se sem «prescindir do respeito pelos seres que formam parte da natureza visível, a que os Gregos [...] chamavam «cosmos»».<sup>69</sup> Esse

---

<sup>61</sup> *LE*, p. 14.

<sup>62</sup> *SRS*, n. 30.

<sup>63</sup> *CA*, n. 52.

<sup>64</sup> *SRS*, n. 31.

<sup>65</sup> Cf. *SRS*, n. 32.

<sup>66</sup> Cf. *SRS*, n. 29.

<sup>67</sup> Cf. *CA*, n. 29.

<sup>68</sup> Cf. *SRS*, n. 27.

<sup>69</sup> *SRS*, n. 34.

respeito deve-se, em primeiro lugar, às vantagens em considerar que o uso a dar a esses seres não deve depender apenas de uma visão economicista, porque se deve ter «em conta a natureza de cada ser e a mútua conexão entre todos, no sistema ordenado, que é precisamente o cosmos»;<sup>70</sup> em segundo lugar, porque os recursos são limitados, e, em terceiro, porque se deve atender às consequências do desenvolvimento para a qualidade de vida.<sup>71</sup>

No entender de João Paulo II, não chega o respeito pela natureza. É inaceitável um desenvolvimento que não respeite os Direitos Humanos, incluindo os direitos dos povos e nações, porque há uma conexão intrínseca de carácter moral entre desenvolvimento e Direitos humanos. O simples dispor de bens não é desenvolvimento. Este implica, principalmente da parte dos que intervêm no processo de desenvolvimento, consciência do valor moral dos direitos de todos e cada um.<sup>72</sup> Isto é, a questão do desenvolvimento deve ser analisada no plano interno de cada nação e no plano internacional. O desenvolvimento deve ser feito no quadro da solidariedade e da liberdade sem sacrificar uma ou outra,<sup>73</sup> uma vez que a avidez exclusiva do lucro e a sede de poder, que vão muitas vezes a par, entravam o desenvolvimento dos povos.<sup>74</sup>

O desenvolvimento tem-se dado, afirma o Papa, mas não é um processo «*rectilíneo*», «*quase automático*» e «*per si ilimitado*»; a simples acumulação de riqueza não traz a felicidade. «Nem a disponibilidade dos múltiplos benefícios reais, alcançados nos últimos tempos pela ciência e pela técnica, incluindo a informática, traz a libertação de toda e qualquer forma de escravidão». Os recursos têm de ser regidos pela intenção moral e pelo verdadeiro bem do género humano.<sup>75</sup> Os tempos, contudo, mostram que há, de um lado, superdesenvolvimento (quantidade desordenada de bens à disposição) acompanhado de consumismo e incapacidade de ser frugal, uma mentalidade de que tudo se resolve pelo consumo, e, do outro, subdesenvolvimento em que falta o essencial, essencial esse que não se limita ao económico.

Se algumas das causas do subdesenvolvimento apontadas pelo Papa desapareceram, como as que tinham a ver com a política de blocos, ficaram as consequências dessa política e outras, também por ele referidas, que estão para durar, tais como o protecçãoismo, o comércio de armas, os refugiados, o terrorismo, cujas prática é sempre condenável, o problema demográfico, que consi-

<sup>70</sup> SRS, n. 34.

<sup>71</sup> Cf. SRS, n. 34.

<sup>72</sup> Cf. SRS, n. 33.

<sup>73</sup> Cf. SRS, n. 33.

<sup>74</sup> Cf. SRS, n. 37.

<sup>75</sup> Cf. SRS, n. 28.

dera ser inegável nos países do Sul e do Norte.<sup>76</sup> «Em poucas palavras, o subdesenvolvimento dos nossos dias não é apenas económico; mas é também cultural, político e simplesmente humano, como já há vinte anos evidenciava a Encíclica *Populorum Progressio*. De modo que, chegados a este ponto, é forçoso perguntar se a realidade tão triste de hoje não será, pelo menos em parte, o resultado de uma concepção demasiado limitada, ou seja, predominantemente económica, do desenvolvimento».<sup>77</sup> Chamo a atenção para o facto de isto ter sido dito em 1988, há 15 anos, época em que a opinião pública não imaginava minimamente que o Muro de Berlim estava para cair em 89.

E esta afirmação dá-me passagem para, antes de terminar referir um dos aspectos que mais me impressionou na releitura destes três textos papais: a sua capacidade de ver o futuro, o que, em linguagem política, se diz «ter razão antes do tempo». Quando mostrou que a socialismo real era um atentado aos direitos humanos, quando disse que a queda do Muro nos ia empurrar para um capitalismo neo-liberal, quando alertou para a inumanidade de uma sociedade de mercado em que não é a economia que está ao serviço do homem, mas este ao serviço daquele, quando afirmou a inaceitabilidade do endeusamento da produtividade, quando chamou a atenção para o fosso que separa o Norte, rico e consumista, do Sul, pobre e explorado, quando sublinhou que a solução dos problemas económicos não é a solução de todos os problemas, quando falou da necessidade de reformar o sistema de comércio internacional,<sup>78</sup> quando considerou que a internacionalização da economia exige mecanismos internacionais de controle «que encaminhem a economia para o bem comum»<sup>79</sup> e refere explicitamente a necessidade de reforma do sistema monetário e financeiro mundiais,<sup>80</sup> João Paulo II viu antes do tempo e com clareza o que o futuro nos reservava e nisso revelou uma capacidade invulgar própria dos profetas, profeta no prever e, o que não é menos importante, profeta no inquietar apelando à conversão.

---

<sup>76</sup> Cf. SRS, n. 25.

<sup>77</sup> SRS, n. 15.

<sup>78</sup> Cf. SRS, n. 43.

<sup>79</sup> CA, n. 58.

<sup>80</sup> Cf. SRS, n. 43.